

Glysa de Oliveira Meneses<sup>1</sup> Leonardo Carneiro Holanda<sup>2</sup> Verônica de Moraes Ximenes<sup>3</sup>  
Walberto Silva dos Santos<sup>4</sup>

## Resumo

A ética nas relações, decisões e ações cotidianas é um atributo normalmente almejado pela maioria das pessoas. Todavia, parece sustentável afirmar que toda ação humana está pautada por uma ética específica. Sendo assim, o fazer científico não é exceção. Uma vez que a ciência se propõe a trazer uma mudança no modo de vida dos indivíduos, caberia à ética determinar de que forma essa ciência seria aplicada a fim de prover a mudança almejada. Nesse sentido, o presente artigo pretende articular a teoria e tecnologia da Análise do Comportamento, a partir de Skinner, com a proposta empreendida por Martín-Baró, principalmente no que diz respeito aos aspectos éticos. A partir disso, analisar-se-á de que modo poderiam esses referenciais teóricos coadunar para a construção de uma práxis favorável à promoção de comportamentos éticos, sob este referencial, em especial, no contexto da América Latina. As proposições da Psicologia da Libertação constituem um possível valor secundário a ser utilizado como diretriz do trabalho do psicólogo que trabalha no sentido de promover a sobrevivência da cultura, valor ético primordial, segundo Skinner. Deste modo, a integração de diferentes perspectivas possibilita um movimento reflexivo acerca de seu fazer ético enquanto profissional.

**Palavras-chave:** Ética; análise do comportamento; psicologia da libertação.

## Abstract

Ethics in relationships, decisions and daily actions is an attribute usually desired by most people. However, it seems sustainable to affirm that all human actions are guided by a specific ethical. Thus, the scientific work is no exception. Since science aims to bring a change in the way of life of individuals, it is up to Ethics to determine how this science is supposed to be applied in order to provide the desired change. In this sense, this article aims to articulate the theory and behavior analysis technology from Skinner and the proposal undertaken by Martín-Baró, especially regarding to ethical aspects. After that, we will analyze how these might be a consistent theoretical framework for the construction of a favorable practice for the promotion of ethical behavior, under this framework, especially in Latin America. The Liberation Psychology propositions constitute a possible secondary value to be used as a guideline for psychologist work to promote the survival of culture, primary ethical value, according to Skinner. In this sense, the integration of different perspectives enables a reflexive movement concerning the psychologists ethical doing.

**Keywords:** Ethics; behavior analysis; liberation psychology.

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Brasil. E-mail: meneses.glysa@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Brasil. E-mail: leoc.holanda@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Associada IV do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Brasil. E-mail: vemorais@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Professor Adjunto IV do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: walbertosantos@ufc.br

A ética nas relações, decisões e ações cotidianas é um atributo normalmente almejado pela maioria das pessoas. Contudo, dada a complexidade e multiplicidade das definições desse conceito denominar uma ação como “não-ética” se mostra uma tarefa pouco profícua. Ao contrário, parece sustentável afirmar que toda ação humana está pautada por uma ética específica. Sendo assim, o fazer científico não é exceção. A despeito da prescritiva positivista de uma suposta neutralidade científica, autores mais recentes já trazem, paralelo à sua proposta de ciência, apontamentos éticos destinados a conduzir o desenvolvimento de uma tecnologia pautada nos valores por eles propostos. Uma vez que a ciência se propõe, sempre e de alguma maneira, a trazer uma mudança no modo de vida dos indivíduos, caberia à ética determinar de que forma essa ciência seria aplicada de modo a prover a mudança almejada.

A ciência do comportamento proposta por Skinner e a tecnologia comportamental originada a partir do Behaviorismo Radical, tem demonstrado potencial na promoção de mudanças dentro e fora da clínica psicológica. Assim, sendo uma prática efetiva na promoção e transformação de comportamentos e práticas culturais, o autor preocupou-se, não só em apontar um norte para que a prática do analista do comportamento fosse ética, mas em analisar, segundo seu próprio método, o comportamento ético (Skinner, 1974).

Tal como se faz marcante no decurso de sua obra, a ética skinneriana é marcadamente idiossincrática, na medida em que assume que o comportamento ético não segue um padrão rígido de execução, tendo essa qualidade condicionada as condições nas quais ocorre. Isso porque se elege como principal valor ético a manutenção da própria cultura. Essa proposta de adaptação da conduta ética às contingências de uma determinada cultura remonta à discussão empreendida por Martín-Baró desde o iní-

cio de sua obra, que buscou propor um modelo de *práxis* que atendesse às demandas da América Latina, uma vez que os paradigmas psicológicos já postos em sua época tratavam dos problemas característicos das culturas europeias e norte-americanas.

Martín-Baró (2009) discorre longamente acerca da incapacidade da ciência “neutra” de sua época em promover mudanças sociais efetivas em outras regiões do mundo, ainda que esses saberes fossem importados, de forma acrítica, para os países latinos, onde se perpetuavam discussões científicas inócuas, que nada poderiam contribuir para a resolução dos problemas de uma maioria populacional paupérrima e oprimida.

É nesse sentido que se torna cada vez mais importante a noção de tomar  $n = 1$ , ou seja, tratar com particularidade a particularidade dos casos, como proposto por Skinner. Mais ainda, observando como as práticas culturais mantidas em contexto latino-americano têm trazido consequências potencialmente contrárias à própria manutenção do convívio social minimamente adequado, tais como a miséria, a violência e, sobretudo, a aparente imobilidade social imposta aos mais desfavorecidos, parece conveniente retomar a discussão empreendida por Martín-Baró (1996), na qual o fazer científico se mostra como aliado à promoção de soluções práticas aos problemas cotidianos de cada nação em particular.

Nesse sentido, o presente artigo pretende articular a teoria e tecnologia da Análise do Comportamento, a partir de Skinner, com a proposta empreendida por Martín-Baró, principalmente no que diz respeito aos aspectos éticos. Para tanto, pretende-se discorrer brevemente acerca dos conceitos que embasam o modelo de Seleção pelas Consequências que é base para a noção de ética em Skinner, além de abordar os conceitos da Psicologia da Libertação de Martín-Baró que apontem, principalmen-

te, para os aspectos éticos do fazer psicológico. A partir disso, analisar-se-á de que modo poderiam esses referenciais teóricos coadunar para a construção de uma *práxis* favorável à promoção de comportamentos éticos, em especial, no contexto da América Latina.

### **MODELO DE SELEÇÃO PELAS CONSEQUÊNCIAS E A ÉTICA SKINNERIANA**

Skinner (1981) propõe o modelo de seleção pelas consequências como uma superação do modelo reflexológico e mecanicista do Behaviorismo Clássico que o antecede. A partir dos estudos desse autor, passa-se a também considerar um modelo de comportamento, chamado operante, que ao mesmo tempo em que muda o ambiente em que ocorre, é modificado por ele, uma vez que gera consequências que podem aumentar ou reduzir sua probabilidade de ocorrência em situações semelhantes no futuro. A consequência que aumenta a probabilidade de ocorrência futura daquele comportamento é chamada reforçadora, que tanto pode ser positiva, se pela adição de um estímulo reforçador; quanto negativa, se pela retirada de um estímulo aversivo; inversamente, aquelas que reduzem essa probabilidade são chamadas punitivas: positiva, se pela adição de um estímulo aversivo; negativa se pela retirada de um estímulo reforçador.

É importante ressaltar que a perspectiva Behaviorista skinneriana, que se baseia na teoria evolucionista de Darwin, estende o conceito e dá ao ambiente o poder de selecionar não só as características genéticas, mas também os comportamentos aprendidos ao longo da história de vida do sujeito e as práticas culturais. Assim, todos os comportamentos dos organismos são selecionados em três níveis: filogenético, ou biológico; ontogenético, aqueles referentes à história de vida do sujeito; e social, referente à seleção cultural dos comportamentos emitidos pelo sujeito. Esses com-

portamentos são selecionados, como aponta Skinner (1974), em função do valor de sobrevivência que potencialmente trazem para o organismo ou cultura.

Sendo assim, Skinner (1972) propõe que o comportamento ético é aquele que satisfaz as contingências de seleção nos três níveis mencionados, a partir da produção de consequências que o autor denominou “bens éticos”, que podem ser de três tipos: Bens Pessoais, Bens dos Outros e Bens da Cultura.

Bens Pessoais são consequências reforçadoras positivas para o comportamento daquele indivíduo que a produz. Em outras palavras, o Bem Pessoal é a consequência reforçadora produzida em benefício do próprio sujeito pela adição de um estímulo com valor de sobrevivência ao ambiente no qual a resposta ocorre. Os Bens dos Outros, por sua vez, são aquelas consequências reforçadoras positivas produzidas por um sujeito, que reforçam o comportamento de outro indivíduo. Abib (2001) atenta para o fato de que boa parte dos reforços obtidos, em função do comportamento de um indivíduo, é mediada por outros sujeitos, o que explicaria a produção de Bens de Outros a partir do paradigma de Seleção pelas Consequências. Por último, os Bens da Cultura são aquelas consequências que reforçam as práticas culturais que as produzem. Poder-se-ia citar um exemplo simples: a construção de escolas constituiria um Bem da Cultura, uma vez que promoveria o ensino responsável pela produção de novas escolas e, conseqüentemente, a perpetuação da prática cultural de ensino, ao mesmo tempo que constituiria Bem de Outros na medida em que a consequência produzida pela resposta de “construir escolas”, ou seja, a escola construída, é condição reforçadora do comportamento de outros indivíduos de “ir à escola”. Isso demonstra ainda que a promoção de um ou outro Bem não é excludente, podendo uma mesma consequência constituir Bem

de Outros e Bem da Cultura, por exemplo (Castro, 2008; Fernandes, 2015; Skinner, 1953/2003, 1971/1973).

Sendo assim, o comportamento ético seria, em tese, aquele a ser selecionado pelas consequências por prover bens éticos, sejam pessoais, de outros ou da cultura, enquanto os comportamentos “antiéticos” cairiam em extinção. Contudo, ao contrário de como se pode normalmente entender o processo evolutivo, a seleção não alcança uma propensa estabilidade na qual somente o organismo ou comportamento-alvo permanecem a despeito da extinção dos demais (Dittrich & Abbib, 2004).

O comportamento operante modifica o ambiente no qual ocorre e que potencialmente poderá alterá-lo de modo que passe, ocasionalmente, a não ser mais selecionado. Por esse motivo, esses autores afirmam, com base no que defende Lewontin (1998/2002), que o organismo, no decurso da sua evolução, e por extensão o comportamento no seu processo de seleção pelas consequências, persegue o “alvo móvel”. Ou seja, dado as constantes mudanças no ambiente, uma resposta em dado momento produz as consequências favoráveis à sobrevivência, pode passar a não mais satisfazer a essas contingências, necessitando passar por um novo processo de variabilidade. Sendo assim, o comportamento ético não poderia estar condicionado a parâmetros bem determinados e fixos, uma vez que segue as mesmas prerrogativas do comportamento operante.

No entanto, é importante notar que o comportamento operante pode gerar, não somente consequências imediatas, mas também consequências a longo prazo. Essas consequências não necessariamente exercem o mesmo efeito sobre o organismo ou ambiente. Logo, um mesmo comportamento pode gerar uma consequência reforçadora a curto prazo, ou seja, um Bem Pessoal, mas produzir, a longo prazo, uma

consequência que poderia prejudicar a ele mesmo ou até aos demais indivíduos que participam de seu ambiente ou à própria cultura. Desse modo, a revisão das práticas éticas se mostra como uma exigência constante para que se possa garantir sua efetividade em um determinado ambiente. Por esse motivo, uma dimensão prescritiva da ética se faz necessária, de modo a guiar os comportamentos dos indivíduos nesses momentos de instabilidade.

Skinner (1972) dá conta de estabelecer um valor ético igualmente flexível e universal, na medida em que prescreve a sobrevivência das culturas como principal objetivo. Isso permite que a ética, independentemente do local ou das práticas culturais que tenham se estabelecido naquele ambiente, se pautem em um princípio que promove comportamentos adaptativos e provavelmente mais cooperativos, uma vez que práticas culturais duradouras são favorecidas pelo entrelaçamento dos comportamentos dos indivíduos nelas inseridos (Andery & Sério, 2005).

Contudo, é certo que nem todos os indivíduos irão tomar como valor primordial a sobrevivência da cultura. Nesse sentido, Skinner (1971) elege o psicólogo como ator essencial no planejamento da cultura devendo este, ao intervir sobre uma comunidade, buscar conciliar o valor primordial da sobrevivência das culturas com o que Dittrich e Abbib (2004) denominam “valores secundários”. Segundo eles, os valores secundários seriam certos objetivos, eleitos pelos indivíduos, que provavelmente contribuem para sobrevivência da cultura, tais como: felicidade, saúde, segurança, cooperação, etc.

Sendo assim, os valores secundários seriam como uma lente, um viés sob o qual o psicólogo poderia trabalhar a promoção de comportamentos favoráveis à manutenção da cultura, sendo ela o valor primário. Isso porque, apesar de saber melhor que

o profissional aquilo que tem o poder de reforçar suas respostas, esses indivíduos nem sempre serão capazes de dar conta sozinhos de todos os efeitos que seus comportamentos promovem em seu ambiente, principalmente a longo prazo. Do contrário, a promoção do comportamento ético não faria sentido (Dittrich & Abbib, 2004). Assim, o papel do psicólogo seria de promover, sob o viés dos valores secundários, comportamentos cujas consequências a longo prazo resultem na manutenção da cultura.

De forma análoga, na América Latina, desde a década de 1960, Martín-Baró tem anunciado a função do psicólogo como transformador da estrutura social e planejador da cultura. Os princípios que norteiam a proposta ética desse autor são discutidos a seguir.

### **A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A ÉTICA DA LIBERTAÇÃO**

Para Guareschi (2009), Libertação diz respeito a um conceito que se estruturou a partir de práticas concretas, tendo sido desenvolvido em um momento histórico no qual se apresentavam dificuldades exatamente no que se refere à demarcação de novos e distintos fenômenos e realidades que já não mais eram passíveis de explicação por meio das teorias e conceitos já existentes, dado certo esgotamento teórico-epistemológico verificado nestes últimos. No entanto, ao se falar em libertação, como ressalta esse autor, é preciso questionar-se: libertar-se de que?

A configuração histórica na qual germinou o conceito de libertação refere-se ao contexto latino-americano da década de 1960, predominantemente marcado pelo subdesenvolvimento, pelo desespero, doenças e morte, caracterizando o longo processo de opressão que fora mantido por intermédio da utilização de meios violentos de

repressão e controle social que abortavam quaisquer esforços históricos de modificar as estruturas opressivas e injustas a que os povos latinos foram submetidos (Martín-Baró, 1996). Diante disso, o conhecimento produzido na América Latina também fora subjugado a ações alienantes, dando lugar a esquemas europeus e norte-americanos, que em nada correspondiam à realidade e aos problemas enfrentados pela população latino-americana (Oliveira, Guzzo, Tizzei & Silva Neto, 2014a; Oliveira, Moreira & Guzzo, 2014b).

Assim, o conceito de libertação emerge a partir de uma conjectura política, econômica, cultural e religiosa na qual a realidade era entendida tendo em vista, por um lado, uma esfera dialética, e por outro, uma posição de instrumental capaz de superar de maneira eficiente toda a situação de dominação (Guareschi, 2009). Nesse sentido, compreende-se que os indivíduos buscam libertar-se de condições opressivas, dominatórias e injustas às quais se encontram subordinados, algo que implica, portanto, em posicionar-se de forma específica perante uma concepção de mundo (Oliveira *et al.*, 2014b).

Nesse sentido, objetivando um posicionamento específico, surge o Paradigma da Libertação, enquanto “movimento de crítica e proposta de construção de práticas políticas e profissionais que rompem com a condição de opressão e subjugação dos sujeitos” (Oliveira *et al.*, 2014b, p. 97). De acordo com Oliveira, Moreira e Guzzo (2014), esse paradigma destina-se a movimentar as relações de poder e dominação com a finalidade de transformá-las, propiciando libertação dos povos oprimidos; este foi, portanto, utilizado para constituir a verdadeira realidade de opressão do homem latino-americano, o qual havia sido impedido de instituir-se enquanto pessoa em toda a amplitude de sentidos. Desse modo, destaca-se que o paradigma da Libertação propõe um modelo de homem que

esteja em congruência com a realidade da América Latina, e que este seja um sujeito histórico, responsável por seu destino e pelos processos sociais os quais encontra-se inserido, enfim, sujeito de sua própria vida (Oliveira *et al.*, 2014b)

Foi o conjunto de princípios referentes a esse paradigma que influenciou o desenvolvimento da Psicologia Social da Libertação, cujo principal representante é Ignácio Martín-Baró. A psicologia que este jesuíta, psicólogo e teólogo propôs empenhava-se por responder às graves desigualdades sociais a partir de uma ação, um *quehacer* que se colocasse voltado para a realidade concreta dos povos latino-americanos e que fosse capaz de auxiliar esses mesmos povos a compreendê-la e empreender um processo de libertação frente aos condicionamentos que a injusta estrutura social lhes impunha (Martín-Baró, 1996; Nepomuceno, Ximenes, Cidade, Mendonça & Soares, 2008).

Martín-Baró compreendia que a Psicologia Social deveria ter como propósito promover a conscientização como um método gerador de transformações, além de buscar novas perspectivas para o próprio fazer psicológico, pois, para ele, apesar de o processo de tomada de consciência não alterar de forma direta a realidade, mas viabiliza, dentro da *práxis* psicológica, a construção de respostas para as situações de injustiça e alienação social através de uma consciência crítica sobre as mesmas, possibilitando assim o desencadeamento de mudanças na estrutura das relações sociais (Martín-Baró, 1996; Schlösser, 2013).

Deste modo, o próprio Martín-Baró (2009), propõe que a Psicologia passe por um processo de revisão de seus aportes teóricos e práticos, e que isso se concretize abraçando como referência a realidade latino-americana. Além disso, ele também estabelece três tarefas para a Psicologia, as

quais considera urgentes: “a recuperação da memória histórica dos povos; desideologização do senso comum e da experiência cotidiana, a potencialização das virtudes populares” (Martín-Baró, 2009, p. 194).

Nesse ponto, destaca-se a visão defendida por Guareschi (2009), de que a Psicologia da Libertação carrega consigo uma grande aproximação entre o conhecimento racional e científico e crenças, implicando, portanto, em valores tácitos ao conceito de libertação. Desta forma, ainda como esclarece esse autor, esse conceito carrega a noção de positivo-negativo, uma vez que se subentende que a libertação se dê em relação a algo que não seja positivo, prejudicial, e exatamente por isso estabelece uma referência a aspectos valorativos, éticos, de bom ou mal.

Deste modo, não é possível pensar em libertação sem abarcar sua dimensão ética, uma vez que o próprio conceito surge em um momento histórico o qual alude uma opção dessa natureza (Guareschi, 2009). Essa perspectiva ética implica pensar necessariamente em relações, pois toda ética é sempre uma ética das relações, sempre ocorre permeando as relações entre os indivíduos, conferindo-lhes características específicas em cada contexto histórico (Goes, 2009). Assim, uma ética da libertação compromete-se com a reflexão acerca da luta contra as relações de cunho opressor, autoritário e excludente, que colocam à frente os interesses de uma minoria em detrimento de uma maioria, à qual é negado o direito e a autonomia; por esta ótica, tem-se que esta ética está alicerçada no pressuposto de que somos seres relacionais e é por meio destas em que a libertação pode ser construída, ou seja, fundamenta-se em uma “ontologia da relação” (Nepomuceno *et al.*, 2008).

Falar de ética das relações adicionalmente envolve uma reflexão sobre as ações que as compõem, uma vez que toda ação

possui um conteúdo ético, e além disso, por si só, toda ação corresponde à uma ação ética (Guareschi, 2009; Oliveira *et al.*, 2014b). Isto posto, o posicionamento ético que as pessoas assumem dentro das relações se revelam em suas ações, sejam elas de manter a ordem social ou de transformá-la, portanto, ambas concernem a ações éticas (Oliveira *et al.*, 2014a). Em vista disso, compreende-se que o processo de libertação está comprometido não somente com uma superação entre o individual e o social, entre teoria e prática, mas, além disso, também se refere a admitir a existência da ética e dos valores em cada uma de nossas ações (Guareschi, 2009), inclusive enquanto psicólogos.

É a partir, então, dessa perspectiva ética que Martín-Baró (1996, 2009) problematiza o papel que a Psicologia desempenhou ao longo dos anos no que tange à América Latina. Segundo ele, a Psicologia em seu conjunto, teórica e prática, enquanto ciência e *práxis*, em todas as áreas de atuação e abordagens, serviu ao longo dos anos não apenas para manter a situação de dependência e dominação à que os povos latino-americanos estavam submetidos, como também se colocou à margem dos movimentos e inquietudes destes, expressando uma contribuição extremamente pobre à história dessas pessoas, especialmente quando comparada a outros ramos do conhecimento.

Martín-Baró (2009) ainda argumenta que a Psicologia que estava se fazendo àquela época não demonstrava preocupação em desmistificar o senso comum presente nas sociedades, senso esse que se colocava como justificativa aos interesses de dominação, e ao invés disso, sustentava e validava o psicologismo de teorias importadas de países norte-americanos ou europeus para a realidade latino-americana, o qual tinha como função o fortalecimento das estruturas opressivas, de forma direta ou indireta, ao focalizar

em fatores individuais e subjetivos, desviando a atenção do processo de opressão (Martín-Baró, 2009).

Tendo em vista esses aspectos, o trabalho do psicólogo deveria definir-se a partir das circunstâncias palpáveis da população a que deve atender, ou seja, não se limitando ao plano individual, mas tomar o contexto em que se está inserido como o referente de sua atividade profissional, abarcando a dimensão social onde consolida a individualidade humana (Martín-Baró, 1996). Esse modo de atuação implica uma psicologia comprometida com a libertação do povo da América Latina frente às estruturas sociais alienantes, promovendo também uma libertação de cunho pessoal (Oliveira *et al.*, 2014a). Cabe ressaltar que, enquanto psicólogos, é essencial o movimento reflexivo de questionamento acerca da bagagem psicológica disponível para a atuação profissional, no sentido de perguntar-se se, a partir dela, é possível colaborar com respostas aos problemas enfrentados pela realidade latino-americana, tendo como objetivo fundamental para isso não só de explicar o mundo, mas de transformá-lo (Martín-Baró, 2009).

Nesse ponto, a intersecção com a Análise do Comportamento (AC), dado a sua perspectiva ética flexível e sua tecnologia adaptável, parece ser uma proposta relevante e cabível no contexto latino-americano. A promoção da emancipação, da libertação e da autonomia, no sentido descrito por Martín-Baró no decurso de sua obra, como valores secundários, parece ser relevante no contexto em que se desenvolve sua teoria e prática psicológica, uma vez que as práticas culturais empreendidas desde a sua época em contexto latino-americano têm apontado para uma cada vez maior desestabilização social. A avaliação dessas práticas e a forma como as psicologias de Skinner e Martín-Baró poderiam dialogar em prol da América Latina serão discutidas mais adiante.

## LIBERTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CULTURA EM CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Para compreender de que modo a AC poderia contribuir, conjuntamente com a Psicologia da Libertação (PL), para conduzir modificações sociais relevantes para a América Latina, se faz necessário analisar, sob as prerrogativas daquela ciência, a descrição empreendida por esta, acerca do contexto no qual ocorreria tal intervenção.

Martín-Baró (1996, 2009) aponta, de modo geral, que a realidade latino-americana se mostra como marcadamente desigual, na qual a maioria da população está privada de meio dignos de sobrevivência e apresenta-se aparentemente pouco motivada a modificar o quadro em que se encontra, em função daquilo que esse autor denominou fatalismo, que é decorrente das relações de dominação e violência sustentadas por minorias mais favorecidas, seja economicamente ou politicamente, por regimes políticos autoritários. Isso se dá por meio daquilo que o Martín-Baró (1998) chamou de práticas alienantes, que são mantidas por uma concepção científica internalista e psicologizante, que atribui ao próprio sujeito e suas características pessoais a causa de sua miséria.

A partir do modelo de seleção pelas consequências, poder-se-ia dizer que essas minorias privilegiadas, detentoras da maior parte dos recursos materiais que possibilitam a produção dos meios de vida, tais como alimentação, moradia e trabalho, atuam produzindo prioritariamente reforçadores a curto prazo, que se constituem como Bens Pessoais – no sentido da ética em Skinner (1972) – e condicionando as possibilidades de se comportar da maioria da população para produzir Bens de Outros, destinados a reforçar as respostas emitidas pelas minorias, a despeito das possíveis consequências a longo prazo. Logo, a privação da maior parte dos meios básicos

de vida é condição para que o reforço liberado pelos dominadores da cultura seja de menor custo e em menor frequência, ainda que isso gere o padecimento dessas pessoas e algumas eventuais respostas que desfavoreceriam inclusive suas próprias práticas, como a violência e a estagnação.

Além disso, a coerção teria papel fundamental na manutenção do status social que se apresenta. Conforme estabelece Sidman (1989), o controle coercitivo é todo aquele realizado mediante a utilização de punição ou ameaça de punição. Nesse sentido, os sujeitos se comportam a fim de não perder os reforçadores, muitas vezes escassos, que têm acesso. A ameaça da perda do emprego, da moradia, de privilégios ou mesmo, em alguns casos, do direito à vida e à liberdade, muitas vezes tolhido sob a justificativa da transgressão da lei que, na prática, impossibilita o sujeito de viver dignamente, podem funcionar como controle aversivo do comportamento das massas.

Sidman (1989) aponta ainda que o controle aversivo acaba por reduzir a gama de comportamentos emitidos pelos sujeitos, uma vez que somente a punição, ou ameaça de sua utilização, não ensina o modo correto que o indivíduo possa responder ao ambiente de modo a obter ou manter suas fontes de reforçamento. Assim, é comum que os sujeitos inseridos nessa massa dominada se comportem de modo esteereotipado e não ensaiem outras formas de se comportar diante das condições que se apresentam.

Isso constituiria parte daquilo que Martín-Baró (1998) conceituou como Fatalismo. Este é definido enquanto uma perspectiva acerca do mundo, do entorno e nas relações permeada pela compreensão de que o destino humano está previamente determinado, de modo que os eventos ocorrem de maneira inevitável; os indivíduos formulam leis, justificativas e modelos ex-

plicativos com vistas a dar conta de uma realidade aparentemente imutável, apesar dos incontáveis esforços empreendidos com a intenção de transformá-la (Ximenes & Cidade, 2016).

A ausência de um exame dos fenômenos sociais dentro de um contexto histórico-cultural permite que a responsabilidade pelas situações desfavoráveis da vida seja deslocada, tornando os indivíduos responsáveis pelos eventos vivenciados por si próprios, seja por se perceberem incapazes de superar as dificuldades do cotidiano ou mesmo pela promessa de redenção espiritual, tendo em vista a vontade divina que estabelece uma ordem fixa e, portanto, se apresenta como responsável pelo destino desses indivíduos (Ximenes & Cidade, 2016).

Em termos comportamentais, poderíamos dizer que o fatalismo, como ocorre em Martín-Baró (1998), poderia se constituir a partir dessa redução do repertório comportamental em função do uso indiscriminado da coerção, associado ao controle do comportamento verbal dos indivíduos por uma comunidade que reforça uma descrição verbal distorcida das contingências, que afirma que os estados de pobreza e imobilidade social vivenciados por esses indivíduos são produtos de causas internas como a preguiça e a incapacidade; ou externas, como o destino, a sorte ou a vontade divina. Isso faria com que essas populações não apresentassem os meios ou a motivação necessária para a mudança social.

Sobre isso, Holland (1979) afirma que

As causas internas servem como justificativa para aqueles que tiram proveito da desigualdade. Aos pobres é reservado um conjunto especial de causas internas. Diz-se que eles são preguiçosos, sem ambição, sem talento. Aqueles que extraem o máximo de nosso sistema social podem considerar punitivo encarar

sua boa sorte como resultado de um sistema que explora as pessoas menos privilegiadas e que cria a pobreza e a infelicidade. (...) E é especialmente importante para os que 'estão por cima', convencer aos que estão em posições inferiores que eles próprios são os culpados das suas dificuldades. (p. 323)

Diante disso, a PL apresenta iniciativas urgentes para reverter o quadro social na América Latina. Segundo Martín-Baró (2009), como mencionado, seriam elas: *A recuperação da memória histórica dos povos*, uma vez que, em busca dos meios de sobrevivência no presente, a população permanece focada em sua condição atual e desconsidera outras formas de comportar que tenham ocorrido no passado e as perspectivas de mudanças futuras; *desideologização do senso comum e da experiência cotidiana* que, em outras palavras, seria incentivar um olhar crítico sobre a realidade e as relações causais que a permeiam; e a *potencialização das virtudes populares*, que se referiria a reforçar aquelas práticas positivas de uma população que emergem com base no contato com a própria realidade objetiva, a despeito da ideologia imposta pelas classes dominantes.

Apesar da distinção terminológica, essas medidas são igualmente relevantes se consideradas no contexto da prática da AC. Ao psicólogo comportamental poderia então caber: analisar em conjunto com aquela população as consequências a curto e longo prazo de suas práticas atuais, além de reforçar a emissão de comportamentos que eram adaptativos no passado, antes da instauração do controle coercitivo empreendido pelas classes dominantes – em paralelo à recuperação da memória histórica dos povos; discriminar/identificar contingências que controlam o comportamento das massas e dos domi-

nadores, eliminando explicações de ordem internalista que desfavoreçam o controle dos comportamentos pelas suas consequências objetivas, promovendo autoconhecimento e, por conseguinte, autocontrole e autonomia por parte da população (Hanna & Ribeiro, 2005) – em paralelo a *desideologização do senso comum*; e a reforçar comportamentos que antes eram adaptativos à contingências nas quais a população estava inserida, mas que foram colocados em extinção pelas agências de controle (Skinner, 1984) da classe dominante em nome da produção de bens em seu próprio benefício, a despeito dos prováveis aversivos gerados por essa prática, tais como a privação de meios básicos de sobrevivência, como anteriormente mencionado – em paralelo à *potencialização das virtudes populares*.

Na medida em que tais práticas, por estarem comprometidas com a transformação social e emancipação dos povos, promovendo autonomia mediante o autocontrole; naturalmente, correspondem a uma conduta ética para Martín-Baró e na medida que promovem a emissão de comportamentos adaptados às contingências e que geram, além de Bens Pessoais e Bens para Outros, Bens Culturais, uma vez que favoreceriam um modo de se comportar que promoveria a redução da violência, da pobreza e do adoecimento em função da utilização demasiada do controle aversivo, atendem a proposta ética de Skinner.

Assim, é possível notar uma profícua interlocução entre esses autores, logo que as proposições da PL constituem um possível valor secundário a ser utilizado como diretriz do trabalho do psicólogo comportamental que trabalha no sentido de promover a sobrevivência da cultura e, em última instância, a qualidade de vida e sobrevivência das populações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que o presente trabalho, a despeito das possíveis limitações, alcançou seu objetivo primordial de estabelecer um diálogo entre as concepções de Martín-Baró e de Skinner. Apesar de tratarem-se de pontos de vista aparentemente conflitantes, a análise realizada permitiu encontrar semelhanças proveitosas entre eles. Em ambas as propostas, uma prática adaptada ao contexto dos sujeitos se mostra fundamental. Além disso, a dimensão ética encontra convergência entre esses teóricos, uma vez que a transformação social, mediante a promoção de comportamentos que se apresentem como mais adaptativos às suas verdadeiras contingências geradoras, parece ser um ponto em comum, ainda que descrita em termos distintos.

Em vista disso, enfatiza-se ainda as consequências importantes de promover uma aproximação entre a Psicologia da Libertação e a Análise do Comportamento, especialmente no que tange ao trabalho do psicólogo do ponto de vista ético, pois, como enfatiza o próprio Martín-Baró (1996), atuar de forma eticamente comprometida significa fixar um objetivo para o fazer profissional, estando ciente de quem se beneficia desta atuação, bem como das consequências que não se podem ser observadas no presente, das implicações históricas desta atividade. Deste modo, a integração de diferentes perspectivas possibilita a ampliação da sua compreensão da realidade, bem como permite um movimento reflexivo acerca de seu fazer ético enquanto profissional.

## REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia: reflexão e crítica*, 14(1), 107-117.
- Andery, M. A. P. A., & Sérgio, T. M. A. P. (2005). O conceito de metacontingências:

- afinal, a velha contingência de reforçamento é insuficiente. *Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos e de formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista*, 1, 106-116.
- Castro, M. S. L. B. (2008). *A Ética skinneriana e a tensão entre descrição e prescrição no Behaviorismo Radical*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.
- Dittrich, A., & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e conseqüências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: reflexão e crítica*, 17(3), 427-433.
- Fernandes, D. M. (2015). *Sobrevivência das culturas como prescrição ética para o planejamento cultural: um estudo conceitual*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, Brasil.
- Goes, N. A. (2009). *A psicologia comunitária enquanto práxis libertadora no contexto da América Latina*. Monografia. Departamento de Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.
- Guareschi, P. (2009). Pressupostos epistemológicos implícitos no conceito de libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr (Org). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 49-63). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Hanna, Elenice S., Ribeiro, Michela R. (2005). Autocontrole: um caso especial de comportamento de escolha. In J. Abreu Rodrigues & M. R. Ribeiro (Orgs.) *Análise do Comportamento: Pesquisa, Teoria e Aplicação* (pp. 175-187). São Paulo: ART-MED.
- Holland, J. G. (1979). Comportamentalismo - parte do problema ou parte da solução? *Psicologia*, 9(1), 59-75.
- Lewontin, R. (1998/2002). *A tripla hélice: Gene, organismo e ambiente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7- 27.
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta.
- Martín-Baró, I. Para uma Psicologia da Libertação. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr (Org). *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (pp. 181-197). Campinas, SP: Editora Alínea.
- Nepomuceno, L. B., Ximenes, V. M., Cidade, E. C., Mendonça, F. W. O., & Soares, C. A. (2008). Por uma Psicologia Comunitária como práxis de libertação. *Psico*, 39(4), 456-464.
- Oliveira, L. B., Guzzo, R. S. L, Tizzei, R. P., & Silva Neto, W. M. F. (2014a). Vida e a Obra de Ignacio Martín-Baró e o Paradigma da Libertação. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 3(1), 205-230.
- Oliveira, L. B., Moreira, A.P. G., & Guzzo, R. S. L. (2014b). Ampliando o conceito de Situação-Limite de Martín-Baró: diálogos com o conceito de crise. *Revista de Psicologia da UFC*, 5(2), 96-107.
- Schlösser, A. (2013). Práxis De Transformação: Diálogo Entre Paulo Freire, Ignacio Martín-Baró E Jon Sobrino. *Anais do XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.
- Sidman, M. (1989). *Coerção e suas implicações*. Campinas: Editora Livro Pleno.
- Skinner, B. F. (1953/2003). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes.

Skinner, B. F. (1971/1973). *O mito da liberdade*. Rio de Janeiro: Edições Bloch.

Skinner, B. F. (1972). *Beyond freedom and dignity*. New York: Bantam Books

Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Vintage.

Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *The Behavioral and Brain Sciences*, 7(4), 477-510.

Skinner, B. F. (1984). The Evolution of behavior. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 41(2), 217-221.

Ximenes, V. M.; Cidade, E. C. (2016). Juventude e pobreza: Implicações psicossociais do fatalismo. *Interamerican Journal of Psychology*, 50(1), 128-136.

RECEBIDO EM: 24/08/2016

APROVADO EM: 06/09/2016